

A Educação construída nos Clubes Agrícolas: O Papel da Professora no Ensino de Crianças e Jovens do Meio Rural. (1945 – 1960)

NATHALIA DOS SANTOS NICOLAU *

Introdução

Para entendermos o que são os Clubes Agrícolas, sua criação e difusão em varias regiões do país, temos primeiramente que considerar que a Educação Rural como um todo, foi marcada pela luta de classes e por embates dentro da própria classe dominante. A busca pela hegemonia pode ser vista pelas disputas travadas para tornar um projeto de educação hegemônico junto ao Estado Restrito.

Para melhor entender farei uso da teoria e metodologia do conceito de Estado Ampliado de Antônio Gramsci. Assim, podemos entender a Sociedade Civil e sua organização através dos Aparelhos Privados de Hegemonia -os quais elaboram os projetos educacionais - e a Sociedade Política ou Estado Restrito que torna o projeto hegemônico em forma de políticas publicas, aqui no caso para o campo.

As disputas em relação à Educação Rural, mais especificadamente sobre os Clubes Agrícolas, são travadas entre o Ministério da Agricultura (MA) e o Ministério da Educação e Saúde (MES), fundado no pós-30. As contradições dentro da educação dos jovens do meio rural ficam nítidas ao analisar, mesmo que superficialmente esses Clubes.

A educação rural era vinculada inicialmente as ideias e demandas da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)¹, a qual era responsável em afirmar que esses Clubes seriam espaços “extraescolares”, portanto, vinculados em forma de anexos às escolas primarias das zonas rurais e que por sua vez estavam subordinadas ao Ministério da Educação. Ressalto para melhor compreensão que as escolas primárias rurais estavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação, mas os Clubes Agrícolas respondiam ao Ministério da Agricultura, o que causava desconforto entre duas, pois possuíam projetos divergentes sobre a educação.

* Graduada pela Universidade Federal Fluminense e atualmente mestranda no Programa de Pós Graduação da mesma instituição (PPGH- UFF). E-mail: nathnicolau@hotmail.com

¹ A Sociedade Nacional de Agricultura consistia em uma agremiação que organizava em sua volta diversos setores agrários, principalmente das regiões Nordeste, Sudeste e Sul desde o século XIX. Grande parte de seus funcionários fizeram parte da alta cúpula do Ministério da Agricultura durante o período aqui estudado, portanto muitas das políticas educacionais faziam parte do seu projeto hegemônico.

O Ministério da Agricultura através dos seus dirigentes (também intelectuais orgânicos da SNA) tinham como proposta a criação dos Clubes Agrícolas apenas como uma forma para completar a educação dos jovens, sob o discurso de desenvolver melhores condições para preparar esses futuros trabalhadores e aproveitando para acabar com o que consideravam ser o atraso do campo. O espírito cooperativo foi motivado nos jovens, em suas famílias e na comunidade em que viviam, sempre com intuito de inculcar novos valores sobre a agricultura, sobre o trabalho na terra e sua importância para os jovens que seriam futuros produtores.

A organização desses Clubes era realizada através de atividades com práticas agrícolas e reuniões semanais com a presença não só dos familiares dos “clubistas”, como da comunidade. Qualquer atividade feita dentro dos muros dessa instituição e todas as ideias elaboradas para serem usadas por esses jovens e seus familiares, eram registradas em atas pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) do Ministério da Agricultura. Além disso, ainda eram elaborados relatórios anuais (para prestação de contas dos subsídios fornecidos pelo Estado e outras agências financiadoras) e cartilhas educacionais.

O discurso desenvolvimentista estava presente não só nos projetos de atividades cotidianas dos Clubes Agrícolas como na Educação Rural como um todo. Logo, um dos objetivos dos projetos educacionais das classes dominantes, era o aumento da produtividade agrícola por meio do preparo das crianças e jovens dos Clubes como futura mão-de-obra para o campo. No período de maior difusão dos Clubes a política era desenvolvimentista e as ideias capitalistas se espalhavam pelo meio rural.

O Brasil do pós Segunda Guerra Mundial seguia exatamente o modelo de modernização desejado, sendo assim, educavam os jovens através da difusão entre eles dos ideais positivos – considerados pela classe dirigente – do uso de novas técnicas para a produção e do incentivo ao consumo de insumos agrícolas como sementes, mudas e técnicas de adubação.

Foi dessa forma que valores capitalistas foram entrando no meio rural e criando raízes fortes junto aos trabalhadores do campo através dos seus filhos. A transformação da mentalidade dessas crianças e jovens frequentadoras dos Clubes Agrícolas foi provocada pela propagação de ideias sobre a valorização da terra e do trabalho no campo, por meio do *slogan* **“trabalho para a vida”**.

Valores esses vindos da cidade e adaptados para serem absorvidos pelo Campo de acordo com suas atividades políticas e econômicas que visavam, por exemplo a fixação do

homem ao campo, impedindo – num contexto de industrialização acelerado principalmente nos anos 1950 – o êxodo para as cidades que sofriam com o inchaço populacional. Nesse período a “vida rural” e o “trabalho rural” foram enaltecidos. Outro motivo para mudar a mentalidade da sociedade rural era o crescimento de movimentos sociais, ou seja, a proposta se estenderia para impedir a organização de resistências contra o Estado no campo.

Criação e Difusão dos Clubes Agrícolas

Podemos dizer que a educação rural começou a ser disputada pelas agências do Estado Restrito com a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde. Esse Ministério não apresentava um projeto firme para a educação rural, pois mesmo defendendo a expansão de escolas primárias (educação formal como nas áreas urbanas), se distanciava de projetos voltados exclusivamente para a educação no campo defendidas, por exemplo pelo Ministério da Agricultura e, portanto pela SNA. A correlação de forças entre os dos Ministérios era nítida ao analisar os projetos como a dos Clubes Agrícolas.

“Ao Ministério da Agricultura cabia o ensino agrícola de cunho profissionalizante – incluindo Aprendizados Agrícolas, Centros Agrícolas, Escolas Técnicas Rurais e Ensino Agrônômico – enquanto ao MES competia o ensino primário regular – incluindo os grupos escolares no campo – o ensino médio e superior não agrícolas”.²(MENDONÇA 2010: 46)

O Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), que citei mais acima, era o órgão criado em 1940 pelo Ministério da Agricultura e que tinha como finalidade tomar conta das questões educacionais. De modo que sua gama de responsabilidade iria além da criação e difusão dos Clubes Agrícolas, ou seja, deveria, também, organizá-los e elaborar publicações para os jovens (cartilhas, livros sobre clubismo, relatórios) e a comunidade rural. Foram elaboradas propagandas em rádios e imprensa no geral para divulgar a importância de expandir os Clubes Agrícolas para outras áreas do país.

O projeto de nacionalizar os Clubes Agrícolas veio respaldado pelo discurso patriótico e pela educação cívica e moral desses jovens e sob o discurso de dignificar o trabalho no campo. A difusão de novos hábitos e costumes se tornaram presentes; e ensinamentos sobre a

educação alimentar, hábitos de higiene e de economia no lar eram estimulados com o intuito de transformar esses futuros trabalhadores.

Paralelamente, os EUA crescia no pós Guerra como potencia e fez inúmeros acordos com a América Latina. O primeiro no Brasil foi em 1942 com a criação Comissão Brasileira-Americana para Produção de Gêneros Alimentícios (CBAPGA), que ajudava a preparar a mão-de-obra a ser utilizada na produção de gêneros a serem fornecidos aos países aliados.

A troca entre os dois países ocorreu não só por acordos como pela criação de agências cujo objetivo seria passar conhecimento técnico para os trabalhadores brasileiros como, por exemplo, o uso de maquinaria moderna no campo. Uma das mais importantes foi o *Institute of Inter-American Affairs* (IIA), fundado por Nelson Rockefeller e sua responsabilidade era na organização da assistência técnica aqui. Essa agência junto com a *Inter-American Educational Foundation, Inc*, levaram ao estabelecimento de um acordo com o Ministério da Agricultura, originando a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), em 1945. (MENDONÇA 2010: 88)

A CBAR difundia as Semanas Ruralistas e os chamados CTs (Centros de Treinamentos)³ e sua jurisdição se concentrou na educação de adultos, mas os Clubes Agrícolas também ficaram sob seu domínio. Seu projeto para adultos era o mesmo os que eram direcionados as crianças e jovens por meio dos Clubes, o qual visava a “modernização” da agricultura incentivando a tecnicização da produção.

Ainda na década de 1940, mais precisamente em 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola⁴ pelo Ministério da Educação, o qual reformava algumas diretrizes no sistema educacional voltado para o meio rural. Essa lei veio ratificar que os Clubes Agrícolas permaneceriam sob a jurisdição do MA. Esse período alavancou a difusão dos Clubes e essa instituição deveria a partir de agora passar por uma fiscalização mais eficaz e serem devidamente registradas para continuarem funcionando.

Assim, mesmo com o fim da CBAR a difusão dos Clubes Agrícolas permaneceu e o Ministério da Agricultura buscava justificar sua importância demonstrando a necessidade desses Clubes para dar suporte e complemento à educação primária no campo, justificando a carência do espírito incentivador ao trabalho rural dentro das escolas

³ Os CT's, por exemplo, eram destinados a formar “operários agrícolas” no intuito de difundir as novas técnicas agrícolas, afinal o acordo visava “modernizar” a agricultura por meio da maquinização do campo.

⁴ Decreto-lei 9.613 de agosto de 1946

Já na década de 1950 a relação entre Brasil e EUA ficou mais próxima e foi feita a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1953 e à fundação, no Rio de Janeiro, do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), em 1954. O ETA era de viés extremamente produtivista e suas atividades se concentraram na Extensão Rural e não em projetos estritamente educacionais.

Os Clubes Agrícolas sofreram fortes influências dos Clubes 4-H norte-americanos, como ideias de atividades cotidianas, o uso de instrumentos, de insumos, elaboração de cartilhas, etc. Os Clubes aqui mencionado são ligados a escola primária e por isso em diversos documentos podemos ver referências a eles como “Clubes Agrícolas Educacionais”, mas em 1950 Clubes chamados de 4-S foram criados no Brasil e eram uma cópia dos criados nos EUA. Vale frisar, que esses não eram vinculados a nenhum tipo de escola e portanto não é minha intenção falar mais a fundo sobre eles nesse trabalho.

Ao ter contato com algumas documentações a respeito dos Clubes Agrícolas, pude perceber que se mantiveram em pleno funcionamento durante toda a década de 1950 (funcionando paralelamente com os Clubes 4-S) sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura até 1961, quando o sistema educacional passa por uma nova reforma com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação e Cultura, realizada pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), que passa a ser chamado assim a partir de 1953 .

Organização dos Clubes e o Papel das Professoras como intelectuais.

A partir do contato com uma documentação chamada *Série Clubes Agrícolas* lançada pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I. A) e distribuída para todos que trabalhavam nos Clubes, principalmente professoras e alunos, tive acesso a como se davam algumas atividades e quais os valores eram passados para essas crianças e jovens.

Em alguns volumes dessa série fica nítido o valor sob ter “amor a terra” e da importância e gratificação que seria trabalhar no campo. Eram ensinados hábitos de alimentação e higiene, além da economia doméstica como um caminho para a elevação da vida. Prendiam a criar jardim, a cuidar da horta e usar as novas técnicas para isso.

“1 – Inculcar na consciência de seus sócios o amor a terra, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a ideia do seu valor econômico e patriótico.

- 2 – *Dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a profissão do agricultor.*
- 3 – *Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos.*
- 4 – *Desenvolver o espírito de cooperação na escola, na família e na coletividade.*
- 5 – *Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura científica e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas.*
- 6 – *Suscitar no espírito dos sócios, especialmente meninas, a verdadeira significação do 'lar'.*
- 7 – *Colaborar para o melhoramento permanente da vida rural, tornando-a mais agradável e aperfeiçoando-a sob o ponto de vista da sociabilidade, da estética e da cultura geral.*
- 8 – *Formar e cultivar hábitos de economia e orientar os sócios sobre a melhor aplicação do seu dinheiro.*
- 9 – *Fazer a propaganda, na comunidade rural, da vivenda bonita, confortável, alegre e higiênica, ensinando os sócios a achar belas a ordem e a limpeza.*
- 10 – *Proteger os animais e as plantas. (...)*”(BUHR & LAVOR 1949: 44)

Para ingressar no Clube os jovens deveriam ter entre 8 a 18 anos e seriam chamados de sócios. Em sua organização era composto por uma diretoria que teria presidente, tesoureiro, um secretário, zeladores e também por subdiretorias, que eram específicas de cada atividade dos Clubes (avicultura, horticultura, biblioteca, etc.). A cooperação era a palavra-chave da organização. Um dos objetivos dos Clubes era a criação de líderes e formação de futuros trabalhadores modernos e que pudessem tomar decisões.

A partir do contato com as fontes, observei que em sua maioria o profissional dedicado a lecionar e tomar conta das atividades dos Clubes Agrícolas eram em sua totalidade mulheres, moradoras da mesma comunidade em que havia a Escola Primária a qual o Clube era vinculado. Como já menciona Gramsci em seus cadernos a respeito de intelectuais orgânicos rurais podemos afirmar que essas professoras se encaixariam nesse perfil, uma vez que afirma:

“(...) no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para este camponês. Um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la.” (GRAMSCI 2007:23)

Na revista Brincar e Aprender que é uma publicação do Serviço de Informações Agrícolas, contem não só relatórios dos Clubes de diversos lugares do país, como apresenta atividades para os clubistas e dicas de atividades para as professoras, uma vez que essas Revistas são distribuídas pelos Clubes para ter maior representatividade e legitimação.

Em alguns volumes podemos ver a exaltação da figura da professora, como uma importante personagem dentro desse espaço educacional. São as professoras, também, as responsáveis na maioria das vezes, pelo envio do relatório ao S.I.A. e muitas vezes autoras de alguns artigos que fazem referência as atividades do Clube a que pertence. Sendo assim ela é tida como a figura de intelectual mais próxima da comunidade rural que faz parte e incumbida de uma responsabilidade.

A passagem a seguir é um dos artigos escrito por uma das professoras, com intuito de compartilhar com as demais as atividades que poderiam realizar junto aos Clubistas:

“A PROFESSORA que orientar a recreação tem nos jogos e brinquedos oportunidade para melhor conhecer os seus alunos, para incutir-lhes a formação de bons hábitos, corrigir defeitos e formar atitudes, através das situações que o brinquedo sugere, sem deixar transparecer tam intenção.” (BRINCAR E APRENDER 1958: 15)

Em outra publicação chamada Série dos Clubes Agrícola estive em contato com um dos volumes o qual o dialogo era dirigido exatamente a professora, como se fossem manuais. Os autores escrevem a palavra ‘você’ começando com letra maiúscula, o que deixava clara a sua importância como intelectual. A professora teria o papel de ensinar e auxiliar na educação prática, realizando inclusive, visitas aos lares desses jovens, afinal eram elas que ajudariam a melhorar o padrão de vida do trabalhador rural. “Queremos que Você encontre aqui todos os elementos indispensáveis para a fundação, registro, organização, normas administrativas e de funcionamento dos clubes agrícolas.” (BUHR & LAVOR 1949: 44)

Um dos pontos importantes é que os Clubes passaram por períodos de grandes transformações políticas e econômicas do país e estavam ligados diretamente as mudanças, sobretudo, sociais por terem como um dos objetivos a transformação das mentalidades e do comportamento da sociedade rural.

Ao longo da análise pude identificar os beneficiados com as políticas em torno da Educação Rural e de que forma os Clubes ajudaram na entrada de novas ideias no campo. É

nítida a metamorfose sofrida pelo meio rural com a chegada da "modernização" e do incentivo ao desenvolvimentismo, pois dessa forma vemos como o "novo" trabalhador rural vai sendo moldado não só a partir da transformação que perpassa o seu modo de produzir, como o de ver a vida no campo como o melhor caminho a ser seguido.

Essa transformação atinge a educação rural e a professora, aqui no caso dos Clubes Agrícolas, seria de extrema importância para poder transmitir aos Clubistas os novos valores:

" (...) Esta o Brasil em fase de desenvolvimento. Não se trata da simples palavra "da moda". Ela encerra um sentido de fortalecimento econômico, de mais equitativas distribuições de vida do povo, de estímulo à capacidade produtora da nossa gente, de expansão da força criadora do trabalho nacional, liberto de exploração secular que tem sido submetido. E tudo mais que está implícito na ideia de "desenvolvimento" interessa de perto à Escola – e, portanto, a você. (...)

Por isso, professora, você – que é a alma da escola – está convocada para lutar pelo desenvolvimento. (...)" (BRINCAR E APRENDER 1959: 01)

Sendo assim retomo para concluir sobre a questão da professora do Clube Agrícola como Intelectual Orgânica do meio rural, a qual atua a serviço das classes dominantes dirigentes. Ou seja, seu discurso acaba por enaltecer um projeto da classe dominante na tentativa de torna-lo hegemônico e criando assim uma forma de consenso.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletim do Serviço de Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944

BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório de Ministro (RMA)*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1940-1951

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Ano IV n°14. Rio de Janeiro – Brasil. 1958 e 1959

BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes agrícolas, 01).

CALAZANS, Maria Julieta; “Para compreender a educação do Estado no Meio Rural”. IN: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. 15-40

FERNANDES, Jacqueline Pinto. *Educação e Hegemonia: As cartilhas rurais como instrumento de difusão ideológica no Brasil (1945-1961)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FIORI, Neide Almeida. *Clubes Agrícolas em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola*. Perspectiva, Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 231-260, 2002.

GÓIS, Maria Helena. *Teatrinho de Fantoches*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957. (Série Clubes agrícolas, 17).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1975.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

_____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.

_____. *Estado e Ensino Agrônômico: Empresários e Funcionários para a Agricultura Brasileira (1901-1962)*. In: XVII Jornadas Argentinas de História Econômica, 2000, Tucuman. Anais Eletrônicos, p. 1-19.

_____ & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente*. São Paulo, Ática, 1993.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1976

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1983

PLACER, Xavier. *Como organizar a biblioteca do clube agrícola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Série Clubes agrícolas, 12).

PLACER, Xavier. *Redação oficial para clubes agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954. (Série Clubes agrícolas, 13).

Rural Education. Cooperative Program in Brazil. Agreements Between the United States of America and Brazil, 1947

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA. *Brincar e Aprender*.

TORRES, Alberto. **O problema Nacional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p.XV

SZMRECSÁNYI, T & QUEDA, O. (org). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed Nacional. 1976

WERLE, Flavia. “A constituição do Ministério da Educação e as articulações entre os níveis federal, estadual e municipal da educação” in: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 32-52